

JUCESP
03 02 15



JUCESP PROTOGOLO
0.083.179/15-0



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA - - -
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Valle, 356, Salão 03 - Fundos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.795.211/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. e, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas");

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a Oferta Restrita (conforme definido abaixo) são realizadas com base na deliberação aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ("AGE Emissora"), que aprovou os termos e condições da Oferta Restrita; e a constituição da Garantia (conforme abaixo definido) é realizada com base na deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, ("RCA Emissora"), ambas realizadas em 22 de janeiro de 2015.

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata da AGE Emissora e a ata da RCA Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Junta Comercial") e publicadas nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "Lei das Sociedades por Ações");

- II. *registro e inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na Junta Comercial, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá entregar 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ao Agente

[Assinaturas manuscritas]

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Fiduciário tempestivamente após a data da efetiva realização dos referidos registros;

- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definidos abaixo, e depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição, pelo respectivo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15, observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17, todos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476");
- IV. *dispensa de registro na CVM.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM;
- V. *registro da Garantia (conforme abaixo definido).* A Garantia deverá ser registrada, na forma prevista nos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos), nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos e, em relação aos Veículos Alienados em Garantia das Debêntures (conforme definidos abaixo), nos competentes órgãos executivos estaduais de trânsito, nos certificados de registro dos Veículos e no Sistema Nacional de Gravames ("SNG");
- VI. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" após a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até o encerramento da Oferta Restrita; e
- VII. *rating.* A Emissão deve necessariamente ter rating BBB+ ou superior na Data de Emissão (conforme definido abaixo), em escala nacional, pela agência de classificação de risco Liberum Rating ou outra agência indicada pela Emissora e ratificada pelo Agente Fiduciário, conforme deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("Agência de Rating").

03 02 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a locação de veículos automotores de quaisquer espécies, tipos, marcas e modelos, para terceiros, quer sejam pessoas naturais (pessoas físicas) ou empresas (pessoas jurídicas ou a estas equiparadas), e a prestação de serviços de gerenciamento de frota automotiva.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para alongar o perfil das dívidas e para reforçar o capital de giro da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Modal S.A., instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, bloco 01, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.723.886/0001-62 ("Modal" ou "Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real da Primeira Emissão Pública da Maestro Locadora de Veículos S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").
- 5.1.1 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.
- 5.1.2 Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM n.º 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM n.º 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de

JUL 2015

03 02 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

- 5.1.3 A colocação das Debêntures juntos aos Investidores Qualificados será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.1.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise sobre constituição, suficiência e exequibilidade da Garantia.
- 5.2 *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva subscrição e integralização, admitindo ágio ou deságio sobre o preço de subscrição.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, em até 6 (seis) meses contados da data de início da distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.4 *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 620 (seiscentas e vinte) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

DUE SP
03 02 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- 6.9 *Banco Liquidante.* O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.10 *Escriturador Mandatário.* O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).
- 6.11 *Garantia de Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora, como alienante, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram, nesta data, o "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos em Garantia" ("Contrato de Alienação de Veículos"), por meio do qual a Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, alienou fiduciariamente e se comprometeu a alienar fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados no Contrato de Alienação de Veículos pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (conforme alterada, "Código Civil"), e artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 (conforme alterada, "Lei 4728/65"), certos veículos de propriedade da Emissora, os quais continuarão sendo utilizados regularmente nas operações da Emissora. Os bens objeto do Contrato de Alienação de Veículos não poderão ser alienados ou onerados.
- 6.11.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.11.2, 6.11.3 e 6.11.4 abaixo, o total do Valor Tabela FIPE (conforme definido abaixo) dos veículos alienados fiduciariamente em garantia das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, nos termos do Contrato de Alienação de Veículos ("Veículos Alienados em Garantia das Debêntures"), deverá corresponder, até a liquidação integral das Debêntures e de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão ao valor de 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) ("Limite Mínimo Global" e "Saldo Devedor", respectivamente).
- 6.11.2 A Emissora deverá alienar fiduciariamente, até o dia 31 de julho de 2015 (inclusive), Veículos Alienados em Garantia das Debêntures cujo Valor Tabela FIPE corresponda a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração.
- 6.11.3 Para os fins do disposto na Cláusula 6.11.1 acima, até a data de 29 de setembro de 2015, a Emissora poderá utilizar os valores depositados (i) na Conta de Liberação, (ii) na Conta Vinculada e (iii) na Conta Reserva, a seu exclusivo critério, para os fins de composição do Limite Mínimo Global, hipótese em que os valores depositados na Conta de Liberação, na Conta Vinculada e na Conta Reserva serão

500 250
000 000

$$\text{Limite M\u00ednimo Global Pro-Forma} = (\text{Valor Tabela FIPE dos Ve\u00edculos Alienados em Garantia das Deb\u00eantures} \times 0,80) + \text{Valor em Conta de Libera\u00e7\u00e3o} + \text{Valor em Conta Vinculada} + \text{Valor em Conta Reserva}$$
$$\text{Limite Mínimo Global Pro-Forma} = 100\% \text{ Valor Nominal Unitário das Debêntures} + \text{Remuneração}$$

- 6

9. ΔCSD

03 03 15
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- (duas) parcelas de amortização das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.16 abaixo, acrescidas de valor equivalente às 2 (duas) parcelas de Remuneração devidas nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores à Data de Análise ("PMTs Subsequentes") em conjunto com a PMTs Inicial, "PMTs"), devendo, mediante solicitação da Emissora, liberar para a Conta de Livre Movimentação o valor correspondente à diferença entre o Fundo de Reserva e as PMTs Subsequentes.
- 6.13 *Conta Vinculada.* A Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco, por meio do Contrato de Conta Administração de Contas, acordaram, ainda, a abertura de conta corrente, devidamente identificada no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada"), em conjunto com a Conta Reserva e com a Conta de Liberação, "Contas"), que será movimentada exclusivamente pelo Banco e acolherá os depósitos mensais efetuados por cliente(s) da Emissora em virtude do pagamento, via boleto bancário no qual haverá o apontamento de domicílio bancário na Conta Vinculada, de certos recebíveis decorrentes de prestação de serviços de locação de veículos em contratos operacionais dos quais a Emissora é parte com seus clientes ("Fluxo Mensal" e "Contratos com Apontamento Bancário", respectivamente) e que será movimentada exclusivamente pelo Banco.
- 6.13.1 Observado o disposto na Cláusula 6.13.2 abaixo, enquanto houver Debêntures em Circulação, o Fluxo Mensal da Conta Vinculada deverá corresponder a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) de 1 (uma) parcela de amortização da Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.16 abaixo, acrescida de valor equivalente a 1 (uma) parcela de Remuneração devidas no mês imediatamente anterior à Data de Verificação (respectivamente, "Parcela" e "Fluxo Mínimo").
- 6.13.2 Durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o dia 31 de julho de 2015 (inclusive), ou até a data em que o Fluxo Mensal corresponder ao Fluxo Mínimo, o que ocorrer primeiro ("Período Inicial"), deverá ser retido na Conta Vinculada ("Valor Retido"), quantia suficiente ("Valor Acrescido") para que, somada ao Fluxo Mensal, perfaça o valor correspondente ao Fluxo Mínimo.
- 6.13.3 *Cessão Fiduciária de Direitos.* A Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco celebraram, nesta data, um contrato de cessão fiduciária em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Alienação de Veículos "Contratos de Garantia") por meio do qual a Emissora, de forma irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (a) o fluxo financeiro mensal oriundo dos depósitos efetuados por clientes da Emissora em virtude dos pagamentos, realizados via boleto bancário no qual haverá o apontamento de domicílio bancário na Conta Vinculada, decorrentes de prestação de serviços de locação de veículos em contratos operacionais dos quais a Emissora é parte com seus clientes, (b) todo e qualquer recurso depositado ou que venha a ser depositado e mantido nas Contas, (c) as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados nas Contas, bem como (d) todos os direitos e prerrogativas da Emissora relativos à titularidade das Contas, em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas, ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais

JUL 25 2015
09 02 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Cessão Fiduciária de Direitos") e, em conjunto com os Veículos Alienados em Garantia das Debêntures, a "Garantia", e autorizou o Banco (i) a fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2.001; e (ii) no caso de inadimplemento por parte da Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, mediante ordem expressa do Agente Fiduciário, a reter e transferir em favor dos Debenturistas, a título de pagamento, os recursos depositados e mantidos nas Contas, até a quitação dos valores inadimplidos.

- 6.13.4 Durante o Período Inicial, a soma do Valor Acrescido e do Fluxo Mensal deverá corresponder a, no mínimo, o Fluxo Mínimo.
- 6.13.5 Observado o disposto na Cláusula 6.13.4 acima, durante o Período Inicial, caso o Agente Fiduciário verifique, em uma Data de Verificação, o atendimento do Fluxo Mínimo, o Valor Acrescido será deduzido em montante correspondente ao Fluxo Mensal que exceder o Fluxo Mínimo, sendo certo que o valor deduzido poderá ser creditado na Conta de Livre Movimentação, mediante solicitação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário.
- 6.13.6 Observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, após o decurso do Período Inicial, o Fluxo Mensal deverá corresponder, a no mínimo, o Fluxo Mínimo, que será verificado pelo Agente Fiduciário nas Datas de Verificação (abaixo definidas).
- 6.13.7 O Agente Fiduciário deverá verificar, em cada Data de Amortização ("Data de Verificação"), se (i) durante o Período Inicial, a soma do Valor Acrescido e do Fluxo Mensal do mês imediatamente anterior correspondeu a, no mínimo, o Fluxo Mínimo e, (ii) após o Período Inicial, o Fluxo Mensal do mês imediatamente anterior correspondeu, a no mínimo, ao Fluxo Mínimo.
- 6.13.8 Na hipótese de o Agente Fiduciário identificar em uma Data de Verificação que o Fluxo Mínimo não foi atingido, seja em razão de, durante o Período Inicial, a soma do Valor Acrescido e do Fluxo Mensal não corresponder ao Fluxo Mínimo ou, após o Período Inicial, o Fluxo Mensal não corresponder ao Fluxo Mínimo ("Inadimplemento de Fluxo") todo e qualquer valor depositado na Conta Vinculada permanecerá retido até que o Fluxo Mensal seja verificado em valor correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) de 1 (uma) Parcela.
- 6.14 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de janeiro de 2015 ("Data de Emissão").
- 6.15 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, vencendo, portanto, em 30 de janeiro de 2020 ("Data de Vencimento").
- 6.16 *Amortização do Valor Nominal.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, sempre no dia 1º (primeiro) de cada mês, a partir da Data de Emissão, em 59 (cinquenta e nove) parcelas iguais correspondendo, cada uma, a

03 02 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

1,66% (um inteiro e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures referenciado à Data de Emissão, sendo a primeira devida em 1º de março de 2015 e as demais no dia 1º (primeiro) de cada mês, e a última parcela equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização").

- 6.17 *Remuneração*. Observado o disposto na Cláusula 6.17.1 abaixo, as Debêntures farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *spread* de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").
- 6.17.1 Na hipótese de o processo de listagem da Emissora como companhia aberta perante a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, no segmento Bovespa Mais, não estar concluído até 30 de junho de 2015, o *spread* aplicável à Remuneração das Debêntures passará automaticamente, ou seja, a partir do Período de Capitalização subsequente, a ser de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo que:
- (a) as Partes deverão celebrar no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de 30 de junho de 2015, termo aditivo a presente Escritura, a fim de refletir o novo *spread* aplicável à Remuneração das Debêntures, na forma do Anexo II; e
 - (b) o Fundo de Reserva mantido na Conta Reserva deverá ser recomposto pela Emissora em valor proporcional a nova PMT, conforme prazos e procedimentos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas.
- 6.17.2 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

- J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização,

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n: número total de fatores da Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

TDI_k : fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

DI_k : Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

(v) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.17.5 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

- 6.17.6 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será aplicado no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa oficial substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures a fim de preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva Automática"). Caso não seja possível a adoção da Remuneração Substitutiva Automática, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Remuneração Substitutiva Acordada"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.17.7 Na hipótese prevista na Cláusula 6.17.6 acima, caso não seja possível adotar a Remuneração Substitutiva Automática, ou caso não haja acordo sobre a Remuneração Substitutiva Acordada entre a Emissora e a maioria simples dos Debenturistas, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:
- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será utilizada a última Taxa DI disponível; ou
 - (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, as Debêntures farão jus a nova remuneração a

DUEBAP
DEBAP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.17.6 acima.

- 6.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.19 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, mediante aviso aos Debenturistas (nos termos da Cláusula 6.24 abaixo), ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da respectiva data do evento ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), promover o resgate antecipado total das Debêntures (conforme abaixo definidas), com o consequente cancelamento das Debêntures objeto do resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do valor de resgate ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), calculado conforme fórmula abaixo descrita:

$$VRA = PU * \left[\frac{1 + R}{1 + P} \right]^{\left(\frac{Pr}{252} \right)}$$

onde:

VRA = Valor do Resgate Antecipado Facultativo;

PU = Valor Nominal Unitário;

R = Remuneração, conforme definido anteriormente;

P = corresponde a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao ano;

Pr = prazo residual ("Prazo Residual"), definido como a quantidade de Dias Úteis entre a Data de Vencimento e a data do Resgate Antecipado Facultativo.

- 6.19.1 Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.
- 6.19.2 Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.
- 6.19.3 As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.
- 6.19.4 A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser em um dia útil.
- 6.20 *Liberação do Valor de Integralização das Debêntures.* Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures creditados em conta corrente de titularidade da Emissora, devidamente identificada no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta de Liberação") serão considerados cedidos fiduciariamente em garantia das

DUPLICATA

03 09 15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- Debêntures, sendo liberados em tranches à Emissora, na medida em que for constituída a garantia descrita na cláusula 6.11, atendendo-se o Limite Mínimo Global *pro rata* a cada tranche, mediante transferência para a conta corrente de titularidade da Emissora devidamente identificada no Contrato de Cessão Fiduciária, de livre movimentação da Emissora ("Conta de Livre Movimentação").
- 6.20.1 Na Data de Emissão, os montantes correspondentes ao Valor Acrescido e o Fundo de Reserva serão debitados da Conta de Liberação e creditados na Conta Vinculada e na Conta Reserva, respectivamente.
- 6.20.2 Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão transferidos à Conta de Livre Movimentação na medida em que forem constituídas, mediante registro no Sistema Nacional de Gravames, as garantias correspondentes aos Veículos Alienados em Garantia das Debêntures, da seguinte forma:
- (a) A Emissora enviará ao Agente Fiduciário notificação na forma prevista na Cláusula 6.20.5 indicando o valor que se pretende transferir para a Conta de Livre Movimentação, acompanhado do Termo de Oneração (conforme definidos no Contrato de Alienação de Veículos), bem como de demais documentos necessários ao registro da alienação fiduciária em garantia, perante o SNG, de Veículos Alienados em Garantia das Debêntures cujo Valor Tabela FIPE corresponda a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor dos recursos da Conta de Liberação que se pretende transferir à Conta de Livre Movimentação;
 - (b) Além da obrigação prevista na alínea (a) acima, a Emissora deverá levar cada um dos Termos de Aditamento, conforme definidos no Contrato de Alienação de Veículos a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, em periodicidade (i) mensal, até que se atinja o Limite Mínimo Global, de forma que todos os Termos de Aditamento celebrados durante aquele determinado mês, formalizados mediante entrega, ao Agente Fiduciário, da notificação prevista na Cláusula 6.20.5, sejam levados a registro até o terceiro dia útil do mês imediatamente subsequente à entrega da mencionada notificação, ou (ii) trimestral, após atingido o Limite Mínimo Global, de forma que todos os Termos de Aditamento celebrados durante aquele determinado trimestre sejam levados a registro até o terceiro dia útil do trimestre imediatamente subsequente. Em qualquer hipótese e independente do previsto nos itens (i) e (ii) acima, caso a substituição de Veículos importe em Valor Tabela FIPE igual ou superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), o respectivo aditamento deverá ser levado a registro até o segundo dia útil subsequente à data em que for assinado;
 - (c) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da regular constituição da garantia prevista na alínea (a) acima, o Agente Fiduciário

AR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURAS

determinará ao Banco Liquidante que transfira os recursos à Conta de Livre Movimentação, observado o disposto nas Cláusulas 6.20.3 a 6.20.6 desta Escritura de Emissão (“Liberação”).

- 6.20.3 A liberação dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será realizada em tantas Liberações quanto solicitadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, até o limite do Valor de Emissão.
- 6.20.4 A realização de cada Liberação, na forma prevista na Cláusula 6.20.3 acima, estará sujeita à condição de que a Emissora esteja em cumprimento com as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato Garantia.
- 6.20.5 A realização de cada uma das Liberações se dará mediante solicitação escrita da Emissora ao Agente Fiduciário na forma no Anexo I com no mínimo 1 (um) e no máximo 3 (três) dias úteis de antecedência da data pretendida para a transferência acompanhada da declaração da Emissora de que (i) não está inadimplente com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, (ii) até a data do pedido de liberação de recursos não ocorreu qualquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula 6.25 abaixo, e (iii) as declarações e garantias apresentadas permanecem válidas e regulares naquela data.
- 6.20.6 O Agente Fiduciário deverá enviar notificação escrita ao Banco Liquidante instruindo o Banco Liquidante a realizar cada uma das Liberações na forma prevista na Cláusula 6.20.3 acima no máximo 2 (dois) dias úteis após a regular constituição da garantia prevista na Cláusula 6.20.2 acima.
- 6.21 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.
- 6.22 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do

JUL 2013
02 02 13

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- 6.24 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou, ainda, por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.25 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.25.1, 6.25.2, 6.25.3 e 6.25.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.25.4 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):
- I. inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que não sanado no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da data do respectivo inadimplemento;
 - II. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia que não seja regularizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto, ou por prazo maior especificamente previsto neste Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme o caso;
 - III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
 - IV. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias além das descritas nesta Escritura de Emissão e/ou qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado condenando ou determinando pagamento, pela Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia

DUCESP
DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- e Estatística, e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data em que a Emissora ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, sejam notificadas pelos respectivos credores ou agentes fiduciários, conforme o caso;
- V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- VI. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, conforme aplicável, seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (ii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VII. dissolução ou extinção da Emissora, deferimento de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal, decretação de falência e/ou insolvência da Emissora, e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora;
- VIII. dissolução, extinção e/ou liquidação de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- IX. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, salvo se tal alteração societária (i) não resultar em troca ou compartilhamento do controle acionário, sendo o termo "controle" definido na forma do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações, (ii) não resulte em diluição das participações societárias dos atuais acionistas em mais que 20% (vinte por cento), ou (iii) for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.7 abaixo), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (iii) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- X. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XI. declaração e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos (inclusive, mas não se limitando, o dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ("Pagamentos aos Acionistas"), no caso de, considerando-se tal pagamento, pró-forma como se houvesse sido feito na data da verificação anterior dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea XVIII abaixo, não serem observados os Índices Financeiros exigidos em tal data de verificação anterior, ou caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;
- XII. alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, de ativos permanentes cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exceto por vendas ou alienações fiduciárias de veículos realizadas no curso ordinário dos negócios, em condições de mercado e em conformidade com as práticas passadas da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora;
- XIII. constituição de ônus ou gravames sobre ativos da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, exceto por ônus ou gravames constituídos no curso ordinário dos negócios e alienações fiduciárias de veículos permitidas nos termos da alínea XII acima;
- XIV. ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar de maneira adversa o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora a respeito de tal evento ou situação. Para os fins desta Escritura de Emissão, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (a) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;

- XV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar como locadora de veículos;
- XVI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XVII. redução do capital social da Emissora (em sua expressão monetária), exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XVIII. não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados com relação às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (inclusive) ("Índices Financeiros"):
 - (1) a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses:
 - (a) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 (inclusive), não poderá ser superior a 4,00; e
 - (b) para cada exercício social, a partir de 31 de dezembro de 2017 (inclusive) até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), não poderá ser superior a 3,50.
 - (2) a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 3,25;
 - (3) A razão entre a Dívida Líquida e a Frota Líquida, até a Data de Vencimento, não poderá ser superior a 85% (oitenta e cinco por cento).

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se (A) "EBITDA" o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para os fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos planos de opção de compra de ações da Emissora), (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período; (B) "Dívida Líquida" o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluindo mas não se limitando a captações via debêntures e empréstimos com pessoas ligadas reduzida as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras; (C) "Patrimônio Líquido" o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis; e (D) "Frota Líquida" o valor da frota total da Emissora, incluindo respectivos acessórios, líquida da depreciação acumulada nos períodos de verificação.

Para fins do disposto no parágrafo anterior, as receitas e despesas não recorrentes

EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

- 20

✓ 25/5/22



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- 6.25.1 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (I), (III), (VII), (VIII), (IX), (X), (XI), (XV), (XVI) e (XVII) da Cláusula 6.25 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas da Cláusula 6.25 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.25.2 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas aqui referida.
- 6.25.2 Na hipótese de ocorrência dos demais eventos não listados no item 6.25.1(i) acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes da data de sua realização.
- 6.25.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.25.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, na forma da Cláusula 6.25.1 (ii), acima, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.25.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.25, inciso I, caso em que os Encargos

DUPLICATA

DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.25.4 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência.

- 6.25.5 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.25.4 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.26 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas ou Comunicado ao Mercado" nos jornais normalmente utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, quais sejam, na data desta Escritura de Emissão, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Comércio do Estado de São Paulo (edição regional). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.
- 6.27 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.
Rua Cenno Sbrighi, 45, 2º andar – Água Branca Fundos
CEP 05036-010 São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Alves
Telefone: +55 (11) 4758-0200

Correio Eletrônico: financeirodebentures@maestrofrotas.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304
CEP 22.640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: +55 (21) 3385-4565
Fac-símile: +55 (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

III. para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 São Paulo, SP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2797-4441

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

IV. para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar
CEP 04344-902 São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2797-4441

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
01452-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: +55 (11) 3111-1596
Fac-símile: +55 (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 6.27.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.
- 6.27.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.
- 6.27.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.25.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.
- 6.28 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a

data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros consolidados e auditados anuais completos da Emissora, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrativos Anuais"), os quais deverão, ainda, ser divulgados através de sua página na rede mundial de computadores;
- (b) juntamente com os Demonstrativos Anuais, declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, bem como relatório específico de apuração dos Índices Financeiros mencionados na Cláusula 6.25.XVIII, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com a memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros mencionados na Cláusula 6.25.XVIII, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) juntamente com seus Demonstrativos Anuais, conforme o caso, relatório listando todos os contratos de derivativos que a Emissora, suas controladas e coligadas tenham celebrado e estejam em vigor, incluindo seus principais termos e condições;
- (d) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto na Cláusula 8.13, XIV, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;

JUL 2011

2011

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- (e) dentro de 3 (três) dias úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.26 acima;
 - (f) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (g) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea VII abaixo;
 - (h) organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;
 - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário.
- II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por quaisquer das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG, Deloitte, Pricewaterhouse Coopers ou Ernst & Young ("Auditora Independente");
- III. disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- V. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos dessa Escritura de Emissão, não o faça;

DUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- VI. informar ao Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VII. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VIII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- IX. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- X. somente realizar operações com Partes Relacionadas a taxas e condições de mercado. Para os fins desta alínea, "Partes Relacionadas" significa: (a) os acionistas ou sócios da Emissora ou suas subsidiárias; (b) todas e quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras de, controladas por ou coligadas a qualquer acionista ou sócio da Emissora ou suas subsidiárias; (c) o administrador da Emissora, suas subsidiárias ou suas controladas ou coligadas; (d) o cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias; ou (e) qualquer pessoa jurídica que seja controlada, direta ou indiretamente, por qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias ou seus respectivos cônjuges ou referidos parentes;
- XI. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação dos acionistas da Emissora relativa a Pagamentos aos Acionistas, sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer Pagamento aos Acionistas;
- XII. notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- XIII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIV. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XV. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriurador, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;

JUCESP
JUCESP
JUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- XVI. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVIII. anualmente, enviar ao Agente Fiduciário atualização do *rating* da Emissão em até 10 (dez) dias contados da apresentação do relatório final pela Agência de Rating à Emissora; e
- XIX. sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, em especial a Cláusula 6.25, e das disposições dos Contratos de Garantia, até 30 de setembro de 2015, (i) obter das instituições financeiras com as quais mantenha celebrados contratos de arrendamento mercantil e/ou contratos de alienação fiduciária que restrinjam a locação de veículos pela Emissora ao seus clientes ("Contratos Financeiros Restritivos") autorização para locar tais veículos ou (ii) realizar a liquidação antecipada dos Contratos Financeiros Restritivos, conforme regras e procedimentos neles estabelecidos.
- 7.1.1 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.
- 7.1.2 O envio do relatório ao Agente Fiduciário, conforme previsto na cláusula 7.1. (I) (c) prestar-se-á apenas para fins de arquivo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.
- 7.2 As despesas a que se refere a alínea (XVI) da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, despesas cartorárias, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
 - II. emissão de certidões, envio de documentos, fotocópias e digitalizações;
 - III. contatos telefônicos e/ou *conference call*;
 - IV. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e

JUL 1999

JUL 1999

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;

- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
 - VI. despesas para inclusão e baixa de gravames no SNG.
- 7.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma da alínea (XVI) da Cláusula 7.1 acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- 7.4 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, sem prejuízo da obrigação da Emissora de pagar tais despesas.
- 7.5 Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:
- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - II. submeter suas demonstrações financeiras à Auditora Independente;
 - III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - IV. manter os documentos mencionados na alínea III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à

DUCESP

DUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

negociação;

VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358; e

VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;

II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

VI. verificou, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

VIII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.
- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.
- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na Junta Comercial junto com a presente Escritura de Emissão.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.26 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- (a) Para a prestação de serviços de Agente Fiduciário, serão devidas parcelas anuais no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes.
 - (b) Para a prestação de serviço de inclusão e baixa de gravames no SNG da CETIP, serão devidas parcelas mensais em montantes calculados por cada inclusão e/ou baixa, sendo cada inclusão no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e por cada baixa o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), sendo o pagamento, caso haja inclusão e/ou baixa, devido até o 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos meses subsequentes.
 - (c) A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento.
 - (d) A remuneração devida ao Agente Fiduciário será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata esta cláusula, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
 - (e) A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
 - (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M,

DUCE SP
DUCE SP
DUCE SP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBENTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive as despesas pagáveis pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios; e
 - III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem as alíneas acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.
- 8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;

DUCE SP

DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBENTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição da Garantia, mediante verificação do registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Embu das Artes, Estado de São Paulo e na Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (ii) a validade e exequibilidade dos Contratos de Garantia;
- IX. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.26 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora, conforme aplicável;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de

DUCE SP
DEBENTURES
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia das Debêntures; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
 - (iii) na sede do Coordenador Líder;
- XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, o Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que adquirirem, subscreverem ou integralizarem as Debentures expressamente autorizam, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de

DUCESP
DEBENTURES
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XX. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do valor unitário realizado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotruster.com.br;
- 8.13.1 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:
- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, em especial a aprovação, ratificação ou possível sustação do vencimento antecipado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
 - II. executar a Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
 - III. requerer a falência e/ou insolvência civil da Emissora;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.
- 8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (I), (II), (III) e (IV) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea (V), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.
- 8.15 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

DUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- 8.16 O integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora relativas à Emissão, estão garantidos pela alienação fiduciária de certos veículos de propriedade da Emissora e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da titularidade da conta-corrente devidamente identificada no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo as respectivas aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.4 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.6 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 9.6.1 Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata a Cláusula 6.17.1 acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.7 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").

DUCE SP

DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto nas hipóteses em que a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.11 A fim de otimizar a execução do objeto desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia por parte da Emissora, a Emissora poderá, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional previstas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia (tais como a elaboração de relatórios, envio de documentação comprobatória etc.), ficando o Agente Fiduciário obrigado a aditar a presente Escritura de Emissão e/ou os Contratos de Garantia, conforme o caso, nos termos propostos pela Emissora, desde que mediante a aprovação prévia de tais modificações por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 10.1 A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:
- I. a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. têm capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - III. as pessoas que a representa na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
 - IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de

DUCE SP
DUCE SP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

- qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- VI. têm, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. a Emissora não possui participação societária direta ou indireta em qualquer sociedade;
- VIII. a Emissora e suas controladas não possuem quaisquer passivos relevantes que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;
- IX. suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- X. as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XI. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- XII. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, ou que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de

DUCE SP
DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;

- XV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
 - XVI. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
 - XVII. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
 - XVIII. tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que o capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
 - XIX. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
 - XX. as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures.
- 10.2 A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. RENÚNCIA

- 11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

DUCE SP
DEBENTURES

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

- 13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 14.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.
- 14.4 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.
- 14.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra

DUCESP
DUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARÂNTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

da legislação aplicável.

14.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

15. FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 22 de janeiro de 2015.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).

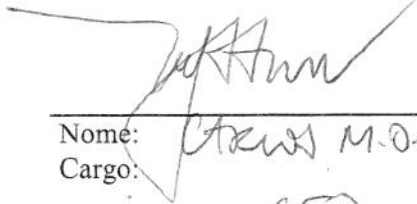
300559


000000

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., CELEBRADA EM 22 DE JANEIRO DE 2015 – PÁGINA
DE ASSINATURAS 1/3

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.


Nome: CARLOS M.O.M. B. ALVES
Cargo: CEO.


Nome: FABIO LEWKOWICZ
Cargo: CEO

JUCESP
JUCESP
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., CELEBRADA EM 22 DE JANEIRO DE 2015 – PÁGINA
DE ASSINATURAS 2/3

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

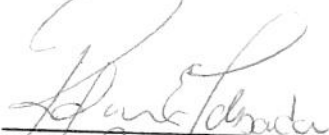

Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

JUCESP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., CELEBRADA EM 22 DE JANEIRO DE 2015 – PÁGINA
DE ASSINATURAS 3/3

Testemunhas:



Nome: Rafael Elias Teodoro
Id.: RG 28956808-0



Nome: ANDRE LUIS SALEMI DE ANDRADE
Id.: RG: 17.127.461





JUL 2014

PENTAGON S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ANEXO I

Pelo presente instrumento, MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Valle, 356, Salão 03 - Fundos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.795.211/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), **solicita** à PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas"), a liberação e transferência de R\$[●] ([●] reais) da Conta de Liberação à Conta de Livre Movimentação, nos termos das Cláusulas 6.20.2 e seguintes da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Escritura de Emissão"), uma vez que foram alienados fiduciariamente em garantia dos Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário), Veículos Alienados cujo Valor Tabela FIPE correspondente a [●]% ([●]) do valor dos recursos da Conta de Liberação, na forma comprovada pela relação consolidada dos Veículos apresentados para a constituição da garantia.

Ato contínuo, a Emissora **declara** para todos os fins de fato e de direito que (i) não está inadimplente com as obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; (ii) até a data do pedido de liberação de recursos não ocorreu qualquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula 6.25 da Escritura de Emissão; e (iii) as declarações e garantias apresentadas permanecem válidas e regulares naquela data.

São Paulo, [●] de [●] de 20[●].

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Nome:


Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

45





DUCEP

DUCEP

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Nome:

Cargo:

DCS



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

ANEXO II

Modelo de Aditamento

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA
EMISSÃO DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

São partes neste Aditamento (conforme definido abaixo):

III. como emissora e ofertante das debêntures objeto da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures");

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Valle, 356, Salão 03 - Fundos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.795.211/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

IV. e, como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO QUE:

(A) em 22 de janeiro de 2015, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real da Primeira Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A.", conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), que estabelece os termos e condições da primeira emissão de debêntures ("Debêntures") para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, no valor total de R\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) ("Valor de Emissão");

(B) a Cláusula 6.17.1 da Escritura de Emissão dispõe que, na hipótese de o processo de listagem da Emissora como companhia aberta perante a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, no segmento Bovespa Mais, não estar concluído até 30 de junho de 2015, o *spread* aplicável à Remuneração das Debêntures passará automaticamente a ser de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano; e

[illegible]

- Resolvem as partes, como formalização da previsão contida na Cláusula 6.17.1 da Escritura de Emissão, aditar a Escritura de Emissão, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real da Primeira Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A." ("Aditamento"), de acordo com os seguintes termos e condições:

- 6.17 **Remuneração.** Observado o disposto na Cláusula 6.17.1 abaixo, as Debêntures farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do spread de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

3. Fica alterada a redação da Cláusula 6.17.2, que passa a vigor com a seguinte redação:

- 6.17.2 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

onde:

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem

30.03.15

03.03.15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

arredondamento;

Fator de Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n: número total de fatores da Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

TDI_k: fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

DI_k: Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

JUCESP
03.02.15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Spread: 5,2500 (cinco vírgula vinte e cinco); e

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4. Todas as disposições da Escritura de Emissão que não foram expressamente modificadas pelo presente Aditamento são ratificadas e permanecem em pleno vigor e eficácia.

5. A Emissora obriga-se a, a suas expensas, a levar este Aditamento a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("JUCESP"), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da presente data.

6. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

7. Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste documento que não estiverem expressamente aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas)

DUCESP
07.02.15

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA PRIMEIRA EMISSÃO DA
MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de [●] de 2015.

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: _____
Cargo: _____

Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

Testemunhas:

Nome: _____
Id.: _____

Nome: _____
Id.: _____

 ACS

